

Em defesa das dimensões afetivas da política nas pesquisas em Comunicação e Política¹²

In defense of the affective dimensions of politics in Communication and Politics research

Leandro Rodrigues Lage³

Resumo: O objetivo desse texto é reivindicar um lugar de protagonismo para as dimensões afetivas dos processos e das práticas políticas nas pesquisas em Comunicação e Política. Considerando que as Ciências Sociais se tornaram, ao longo do tempo, refratárias ao problema dos afetos na vida política, exploramos, na própria história do pensamento social, as ocasiões em que o papel das emoções na formação, manutenção e derrocada dos sistemas políticos foi reconhecido. Partimos da premissa de que a política é essencialmente passional, e que os afetos políticos são compatíveis com os aspectos mais comumente reconhecidos como essência normativa da política. Em seguida, assinalamos criticamente a recorrência com que os afetos são considerados apenas “objetos” de estratégias políticas. Por fim, defendemos uma positividade das paixões políticas, assentada no reconhecimento de sua potência para mobilizar os indivíduos, instituir vínculos, instaurar espaços de aparição, impulsionar agenciamentos e mover as bases da política.

Palavras-Chave: Afetos. Política. Virada afetiva.

Abstract: The purpose of this text is to claim a leading role for the affective dimensions of political processes and practices in Communication and Politics research. Considering that the Social Sciences have become, over time, refractory to the problem of affects in political, we explore, in the very history of social thought, the occasions when the role of emotions in the formation, maintenance and collapse of political systems was recognized. We start from the premise that politics is essentially passionate, and that political affections are compatible with the aspects most commonly recognized as the normative essence of politics. Then, we critically point out the recurrence with which affections are considered only “objects” of political strategies. Finally, we defend a positivity of political passions, based on the recognition of their power

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Este trabalho foi realizado a partir de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via editais Universal e Bolsa de Produtividade.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: leandrolage@ufpa.br

to mobilize individuals, establish bonds, create spaces of appearance, boost agency and move the bases of politics.

Keywords: *Affects. Politics. Affective turn.*

1. Introdução

Na última edição presencial do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), em 2019, os palestrantes chamados a analisar o cenário político brasileiro pós-eleições demarcaram uma espécie de ponto de virada nesse âmbito de estudos situado entre a Comunicação e a Ciência Política. Esse ponto consistiu no reconhecimento unânime de que as ferramentas teóricas e metodológicas utilizadas para explicar e interpretar os processos políticos ocorridos no país (e também no exterior) não deram conta de compreender a contento a maior crise política vivida desde a redemocratização. Tal constatação possui um importante valor epistemológico, pois demarca uma necessidade de mudanças de perspectivas, de incorporação de abordagens alternativas, de análise dos fenômenos políticos e comunicacionais sob ângulos diferentes daqueles que vinham sendo acionados.

Propomos uma argumentação em defesa dos afetos políticos como lugares de problema, isto é, como chaves de compreensão e análise dos fenômenos comunicacionais e políticos. Essa linha argumentativa passa por dois pontos cruciais: primeiro, assume que nem a filosofia e nem a sociologia política (Maquiavel, Espinosa, Montesquieu, Saint Simon, Marx, Tocqueville, Weber...), a despeito da ênfase racionalista, jamais expurgaram totalmente as paixões políticas; e, segundo, defende que, a despeito das mobilizações estratégicas dos apelos afetivos que temos testemunhado no Brasil e no Ocidente, as emoções políticas têm um poder de transformação que não deve ser subestimado (DIDI-HUBERMAN, 2016, 2017, 2021).

As Ciências Sociais se tornaram, ao longo do tempo, refratárias ao problema da dimensão afetiva da vida política (ANSART, 2019). Isso se deveria a um conjunto de razões: primeiro, porque as ciências políticas tendem, cada vez mais, a dar prioridade

a comportamentos quantitativamente observáveis como resseguro de sua cientificidade; segundo, porque as paixões políticas constituem uma zona de indeterminação da vida social de difícil compreensão, ainda que os apelos afetivos sejam recursos amplamente utilizados nas retóricas e ações políticas direcionadas à sociedade civil; e, terceiro, porque é comum considerarmos que as emoções só têm protagonismo em momentos históricos e políticos intensos, a exemplo dos regimes autoritários e das revoltas populares. Ahmed (2014) adiciona a essas explicações a própria associação conceitual entre paixão e passividade, responsável por reforçar o rebaixamento das emoções em relação às faculdades do pensar e do raciocinar – sem mencionar a hierarquização interna às emoções, divididas entre nobres e legítimas e as que são indesejáveis por constituírem sinais de fraqueza.

Nesta proposta, gostaríamos de explorar um conjunto de argumentos teóricos na direção do que alguns autores chamam de dimensão afetiva da vida política – ou, inversamente, de dimensões políticas dos afetos (AHMED, 2014; ANSART, 2000, 2019; CLOUGH, 2007; FASSIN, 2019; HAROCHE, 2008; LORDON, 2016; MASSUMI, 2015; MORRELL, 2010). Referimo-nos a um conjunto extenso e não necessariamente coeso de perspectivas que seguem, no entanto, na direção de uma “virada afetiva” nas ciências sociais, entendida aqui de modo genérico como postura epistemológica atenta aos afetos enquanto variáveis decisivas para a compreensão dos domínios sociais (CLOUGH, 2007). Nossa argumentação vai no sentido de reivindicar um lugar de proeminência para os múltiplos papéis dos afetos nos processos e práticas políticas, mas também como condição de compreensão de nossa história mais recente, marcada pelo protagonismo de emoções e sentimentos⁴ – tais como o ódio, o ressentimento, o medo, a esperança, entre outros – com notáveis consequências políticas.

⁴ É preciso fazer uma advertência inicial quanto ao tratamento nominal e conceitual dos afetos, emoções e sentimentos. Embora concordemos com Massumi (2015), para quem as emoções e sentimentos são expressões parciais e codificadas dos afetos, os quais, por sua vez, são mais genericamente vinculados às nossas capacidades de afetar e de sermos afetados, será necessário suspendermos temporariamente os pormenores dessa distinção conceitual em favor da linha argumentativa. Essa diferença, assim como diversas outras questões e premissas para o tratamento conceitual dos afetos, é explorada de modo produtivo por Massumi (2015).

2. As emoções no Pensamento Social

Uma visada de relance sobre os espaços de debate constituídos no âmbito das associações científicas mais proeminentes das Ciências Sociais no Brasil é didática quanto ao lugar coadjuvante dos afetos na agenda do pensamento social, político e comunicacional. Não se trata, contudo, de um apagamento. O que se percebe é que o papel político das emoções, sentimentos e afetos, quando mencionado, está sempre subsumido a esquemas racionalistas, estruturais e institucionais dos processos sociopolíticos. Com isso, essa abordagem, além de aparecer em regime de exceção ou caráter complementar, só encontra espaço em âmbitos acadêmicos e campos científicos menos, digamos, ortodoxos, como as áreas da Comunicação e das Artes. Decorre dessa falta de assento das emoções nas “fórmulas” mais recentes utilizadas para pensarmos as interações sociais e as práticas políticas uma consequência negativa: ao negligenciarmos o domínio dos afetos, mostramo-nos desatentos a um contexto cultural e sociopolítico no qual a economia das paixões políticas se insinua determinante para o curso da história.

Para Ansart (2000, 2019), as ciências sociais e políticas rejeitam as sensibilidades políticas como variáveis determinantes em seus esquemas compreensivos da realidade porque trabalham segundo uma lógica científica na qual o conhecimento racional leva a um caminho natural de menosprezo às dimensões afetivas da vida social. Embora não circunscreva o período ou contexto em que essa rejeição chegou a seu paroxismo, esse sociólogo argumenta que ela é relativamente recente na história do pensamento sociológico e filosófico moderno.

Sem precisarmos ir tão longe – como em Maquiavel, Espinosa... –, pode-se começar mencionando Montesquieu, para quem cada sistema político põe em cena um modelo de paixão política. A própria gestão das emoções é, para o pensador francês, uma das dimensões essenciais da política e dos modos de governar (ANSART, 2000; 2019). Segundo Ribeiro (1996), a constituição dos poderes e governos interessava menos a Montesquieu do que as estratégias de sua

manutenção, fortemente vinculadas aos afetos coletivos. Daí porque, para o autor da teoria da divisão dos três poderes, “nenhuma forma de governo subsiste se faltar a paixão que lhe serve de suporte” (RIBEIRO, 1996, p. XXXIII). Desde o século XVII, portanto, reconhece-se, no pensamento social, o protagonismo das emoções coletivas para a sustentação das práticas e dos sistemas políticos.

Outro grande teórico da vida política a insistir nas sensibilidades foi Marx. N’O *18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011), as paixões políticas surgem, contudo, num sentido diferente daquele de Montesquieu. Elas já não servem prioritariamente à manutenção dos poderes instituídos, mas, sobretudo, à efervescência do desejo revolucionário. Inspirado em Saint Simon, Marx (2011) faz alusão às paixões políticas enquanto energia revolucionária necessária à derrocada de regimes políticos burgueses e autoritários. Na obra em que ficou famosa a célebre frase de que os acontecimentos históricos se realizam primeiro como tragédia e, depois, como farsa, Marx (2011) define os processos revolucionários como momentos de apogeu dos afetos políticos, depurados no entusiasmo coletivo e na disposição social para empreender ações políticas transformadoras da história.

Diferentemente de seus antecessores, Tocqueville (2000) analisa o lugar das paixões em um regime político democrático. Para ele, que parte de um viés sociopolítico liberalista, a democracia na América seria marcada pelo protagonismo de três paixões: a avidez por bens materiais, a igualdade e a liberdade. Esses afetos políticos se contrapõem, por exemplo, à paixão pela glória e pela honra, traços comuns aos regimes aristocráticos. A despeito das reservas quanto ao cariz liberal dessa abordagem, a análise das paixões em Tocqueville já antecipava, segundo Ansart (2000), algumas das conhecidas ameaças à sobrevivência das democracias, como o conflito entre a exigência de igualdade e a paixão pela liberdade individual, ou mesmo as consequências da ambição material ante o acúmulo gerador de desigualdade.

Poderíamos estender essa análise a inúmeros outros autores e autoras centrais (e também marginais) da sociologia e da filosofia para demonstrar que as ciências sociais jamais expurgaram por completo as paixões políticas de seus modos de

pensar a vida social. Nos últimos anos, o componente afetivo tem aparecido com maior ênfase em obras e autores diversos (AHMED, 2014; ANSART, 2000, 2019; CLOUGH, 2007; DIDI-HUBERMAN, 2016; FASSIN, 2019; HAROCHE, 2008; LORDON, 2016; MASSUMI, 2015; MORRELL, 2010). Ainda assim, as paixões políticas estão longe de ter um protagonismo adequado nas análises dos processos sociais, culturais e políticos. Mas o que seria uma abordagem adequada dos afetos políticos?

3. A política e a “modulação” de afetos

É comum que os trabalhos com alguma ênfase nos afetos políticos se detenham, com relativa demora, na discussão em torno dos binômios razão *versus* emoção, lógica *versus* sensibilidade. Contudo, esse debate parte com frequência de uma premissa equivocada, segundo a qual paixão e política são instâncias antinômicas, contraditórias, embora conciliáveis e complementares. Nesse sentido, a uma abordagem dos afetos políticos nos parece necessário considerar, em primeiro lugar, “a política como meio essencialmente passional” (LORDON, 2016, p. 16, tradução nossa). Segundo essa perspectiva, de raiz espinosista, o termo “essencialmente” ganha toda ênfase, assumindo-se de saída que pensar a política é compreendê-la *nos seus afetos*, dimensões compatíveis com as ideias, os valores, os princípios e os argumentos, comumente indicados como essência normativa da política.

Como consequência dessa premissa inicial, os afetos deixam de ser vistos como a face oposta da política racional, sintomas de um suposto déficit de racionalidade ou da submissão às pulsões e desejos, e também como meros artifícios das estratégias políticas, objetos de toda sorte de retóricas e apelos compassivos. Rejeita-se, nesse sentido, a própria ideia de que o bom andamento dos processos políticos de nossa sociedade depende de certo grau de neutralidade afetiva, de estabilidade e regulação das emoções e sentimentos, supostamente estranhos e prejudiciais às práticas políticas.

Em segundo lugar, é preciso compreender que os afetos políticos são temporalmente situados e constituem não apenas uma dimensão da vida cotidiana individual, mas todo um domínio da realidade histórica (ANSART, 2019; CORBIN, COURTINE E VIGARELLO, 2020; HAROCHE, 2008). Assim, mais do que estados psicológicos individuais, as emoções são práticas sociais e culturais, e os vínculos afetivos coletivos também devem ser reconhecidos como forças motrizes do curso dos processos sociais, *pari passu* com outras dimensões relevantes, tais como as relações de poder, os domínios axiológicos, as práticas discursivas, as instituições e normas legais etc.

Até então, temos tratado de afetos políticos de modo genérico, sem nomeá-los ou circunscrevê-los às formas mais conhecidas das emoções. Contudo, se partirmos do pressuposto de que o qualitativo “políticos” que acompanha os “afetos” não discrimina emoções e sentimentos específicos, mas todo um horizonte afetivo subjacente às práticas e processos políticos, então não há problemas em mencionarmos o medo, a indignação, o ódio, a piedade, o ressentimento e tantas outras manifestações e formas afetivas em particular. Isso significa que, além da dimensão histórica das emoções políticas, que variam a cada época e cultura, a própria política, também situada historicamente, é um lugar de “modulação” das emoções. Por exemplo, se podemos reconhecer o medo como componente de práticas e retóricas políticas contemporâneas (o medo da violência, o medo do inimigo...), são essas práticas que modulam o medo de maneiras particulares.

Daí surge um terceiro aspecto que gostaríamos de ressaltar. Se as paixões políticas não são exclusivas de regimes políticos ou de estratos sociais específicos, e se não há afetos estritamente políticos, mas modulações políticas das emoções, então devemos assumir que as próprias sensibilidades constituem um terreno em permanente disputa na política. São objetos dessa disputa a busca pela legitimidade afetiva que dá suporte aos regimes de poder e governo, na esteira de Montesquieu; a alimentação do entusiasmo revolucionário catalisador dos momentos históricos de sublevação e ações de resistência, dos quais falava Marx; e também os valores em

torno dos quais certas sociedades e culturas se organizam afetivamente, para mencionarmos Tocqueville.

Adicionalmente, é preciso lembrar que os afetos políticos colocados em jogo nas guerras culturais e políticas contemporâneas, como a que vem sendo travada entre direitas e esquerdas no Brasil e em vários países, não são os mesmos (FASSIN, 2019). Na arena dessas disputas, as emoções políticas adquirem modulações específicas e muitas vezes contrafetivas. De um lado, o ódio, o medo e o ressentimento. De outro, a empatia, a coragem e a esperança. Entretanto, essas modulações não se encerram em simples polarizações. Pares afetivos opostos são com frequência mobilizados conjuntamente, a exemplo das lógicas políticas divisionistas, em que imperam, simultaneamente, o ódio contra inimigos cuidadosamente forjados e a empatia para com semelhantes ou aliados.

Nesse sentido, negar ou menosprezar o papel das emoções também pode se constituir enquanto estratégia política em si. Convocar suposta neutralidade afetiva ou reivindicar para si um lugar de prática racional da política não apenas faz eco ao preconceito contra as emoções, constantemente associadas à passividade e inferiorizadas em relação às faculdades do pensar e do agir racional, como também ignora seu papel catalisador em diversos processos políticos. Constitui-se, portanto, como modulação estratégica das emoções. Tais processos alcançam diferentes níveis de abrangência e vão desde os episódios de ruptura e transformação nos alicerces dos regimes políticos, como na indignação a partir da qual eclodem as revoluções, até as práticas mais ordinárias da vida política democrática, como na esperança que pode orientar a decisão do voto.

4. A gestão política das paixões

Há alguns esforços notáveis de análise que jogam ênfase sobre as dimensões afetivas de processos sociais e políticos. O trabalho de Eva Illouz (2011; 2018), comumente descrito como uma sociologia das emoções, tem buscado identificar os mecanismos de funcionamento de um “capitalismo afetivo”, cujas lógicas produtivas,

de trabalho e de consumo avançam sobre emoções e sentimentos que permeiam a vida cotidiana. A autora parte da premissa de que os afetos são personagens centrais da história do capitalismo e da modernidade, e de que os arranjos sociais são, igualmente, arranjos afetivos, baseados em uma espécie de economia emocional que se especializa gradativamente e invade cada um dos processos sociais, dos ambientes corporativos às práticas de autocuidado, passando ainda pela construção de vínculos de intimidade.

Illouz e Alaluf (2020) consideram as emoções entidades psicológicas situadas cultural e historicamente, e que condensam normas sociais, crenças, valores e significações. “Por conseguinte, conceituamos as emoções não somente como reação a objetos e pessoas, mas como essências empíricas, isto é, como uma das inúmeras organizações por meio das quais os humanos se comportam e se comunicam” (ILLOUZ; ALALUF, 2020, p. 76). Na esteira dessa definição, há pelos menos duas consequências importantes: primeiro, as emoções se tornam uma dimensão social e intersubjetiva com forte valor empírico para a compreensão das relações sociais; segundo, como expressões concretas, as emoções são altamente valorizadas enquanto “objetos” de controle, gestão, disciplina e regulação nos mais diversos domínios sociais.

Nesse avanço do capitalismo sobre as dimensões emocionais dos arranjos sociais, emergem culturas afetivas marcadas por fenômenos complexos, tais como os imperativos de felicidade, de resiliência e de equilíbrio e/ou inteligência emocional como qualidades desejáveis aos indivíduos produtivos; a consolidação de culturas terapêuticas e indústrias de autoajuda nas quais todo e qualquer sofrimento é codificado, objetivado e, assim, publicizado, patologizado e medicalizado; e, por fim, o surgimento de uma mercadologia emocional, responsável por não apenas oferecer um “aperfeiçoamento” afetivo com palestras e coachings, mas também por vender experiências emocionais *prêt-à-porter*, como produtos culturais e até turísticos “para relaxar”, por exemplo.

Outra perspectiva assentada na articulação permanente entre afeto e política foi desenvolvida no Brasil por Vladimir Safatle, para quem é necessário compreender a

própria sociedade como um circuito de afetos. Em uma de suas teses, o medo ganha ênfase como uma das modalidades afetivas cuja gestão política serve a estratégias fundamentais de produção da aquiescência às normas sociais, morais e legais. Para Safatle, “de todas as paixões, a que sustenta mais eficazmente o respeito às leis é o medo” (2016, p. 18). Nesse sentido, o medo é mobilizado e produzido em torno de sistemas de estratégia e interesse específicos: o medo da violência, o medo da despossessão dos bens, o medo da invasão de privacidade, o medo dos inimigos.

A despeito do protagonismo do medo em certos processos sociais, é na ideia freudiana de desamparo que Safatle (2016) enxerga o fundamento de uma potência política afetiva. Para esse autor, “há uma experiência política que se constitui a partir da circulação do desamparo e como tal circulação fornece uma via renovada para pensarmos o político” (SAFATLE, 2016, p. 67). Por desamparo, entende-se uma espécie de medo sem objeto, de paralisia sem reação, de extrema vulnerabilidade, um estado de impotência. E a possível transformação desse afeto em algo produtivo politicamente passa pela ideia de que o desamparo pode fazer emergir uma “coragem afirmativa” diante das violências, das despossessões, a partir da conversão dessas experiências em processos de mudança e de transformação política.

O pano de fundo psicanalítico dessa abordagem, ancorada na ideia de que todo desamparo tem um caráter ontológico, certamente dificulta a visualização de sua produtividade para se pensar nos afetos como catalisadores de ações políticas coletivas em realidades sociais concretas de violência, opressão e desigualdades. No entanto, ela joga luz sobre um aspecto raro nas abordagens das paixões políticas: o fato de que os afetos não são apenas “objetos” de estratégias políticas, mecanismos de manutenção das relações de poder, técnicas de dominação micropolíticas.

Mesmo no esforço histórico de Pierre Ansart (2000; 2019) pela valorização das paixões políticas como elementos-chave de compreensão do funcionamento de sistemas de governo e formas de poder, a evocação das paixões como “objetos” por excelência de gestões políticas reforça uma única dimensão de seu protagonismo nos processos políticos e de governamentalidade. Das monarquias absolutistas às democracias modernas, passando ainda por sistemas políticos de comunidades

tradicionais, o afeto político aparece no argumento de Ansart (2019) como lócus estratégico de conservação do poder. Obviamente, as estratégias em cada circunstância e sistema político são muito diversas: a identificação afetiva do líder carismático com a *imago* paterna ou a incorporação dos desejos coletivos, a produção da culpa e da dívida de gratidão dos governados para com os governantes, a proliferação de simbolismos de poder para incitar respeito e admiração etc. Nesse sentido, as paixões políticas aparecem constantemente como apelos afetivos, como emoções mobilizadas, como meios para fins específicos.

5. Paixões como potências políticas

Um impasse à incorporação dos afetos como questão central na análise de práticas políticas e processos comunicacionais se deve às circunscrições disciplinares. Nem sempre os *insights* e abordagens estão no horizonte mais próximo de interesses e nas bases teóricas mais canônicas da arena comum da Comunicação e da Política. No escopo dos trabalhos sobre as dimensões sensíveis da política (e dimensões políticas do sensível), o projeto filosófico de Georges Didi-Huberman (2016, 2017, 2021) oferece uma contribuição ainda não reconhecida ao debate. Em suas obras mais recentes, com circulação maior nos campos das artes e da estética, há uma forte argumentação em defesa do poder político de transformação que as emoções possuem. Embora o interesse desse filósofo e historiador da arte seja o de capturar essas emoções como gestos sobreviventes que repousam sobre as imagens da arte, operando uma antropologia política e estética, o cerne da argumentação é, em si, produtivo para pensarmos as paixões políticas de modo menos instrumental.

Um primeiro argumento desse autor sobre as emoções é seu caráter prático, sua dimensão praxiológica e corporal, que nos coloca em movimento em direção ao outro:

Uma emoção não seria uma *e-moção*, quer dizer, uma moção, um movimento que consiste em nos pôr para fora (e-, ex) de nos mesmos? Mas se a emoção é um movimento, ela é, portanto, uma ação: algo como um gesto ao mesmo tempo exterior e interior, pois, quando a emoção nos atravessa, nossa alma

se move, treme, se agita, e o nosso corpo faz uma série de coisas que nem sequer imaginamos (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 26).

As emoções aparecem, então, como ações, mas também intermediações, que não se situam *no corpo*, mas também *entre* os corpos. E que nem sempre sabemos o que são e como representá-las. Elas também são difusas, borradas, mas nem por isso menos importantes. Apesar dessa disjunção entre afeto e representação, entre emoções e linguagem, as emoções têm outras formas de se comunicar: pelos gestos, corpos, olhares, reações, ímpetos, os quais, diga-se, são reconhecíveis porque fazem parte de um repertório comum de ações e movimentos. Lembremos, por exemplo, dos punhos cerrados e erguidos, gesto ao mesmo tempo espontâneo e eloquente, expressão transcultural de indignação. Ou dos braços abertos e do pranto em desespero pelo luto, o qual, aliás, é considerado por Didi-Huberman a gênese de inúmeros outros afetos políticos, como a cólera que se converte em ação revoltosa.

Para ilustrar esse argumento, Didi-Huberman (2016; 2021) menciona uma sequência do filme *O encouraçado Potemkin*, de Eisenstein, na qual a tristeza do luto por um marinheiro amotinado morto por um oficial se transforma em discursos políticos, cantos revolucionários e na luta coletiva por justiça e reparação. “Como se o *povo em lágrimas* se tornasse, sob nossos olhos, um *povo em armas*” (Didi-Huberman, 2016, p. 38, grifos do autor). Essa fórmula simples esconde toda uma dinâmica na qual as emoções aparecem não como antítese, mas núcleo mesmo das ações políticas; os afetos se mostram partilhados coletivamente, em vez de circunscritos às individualidades e psiquismos; os sentimentos eclodem espontaneamente e não implicam qualquer passividade.

O que quero sugerir aqui – talvez rápido demais – é que, se não podemos fazer política efetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções, isto é, as emoções de toda e qualquer pessoa, as emoções de todos em qualquer um (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 38, grifos do autor).

Dessa perspectiva, certamente distante da bibliografia canônica das ciências políticas e comunicacionais, depreende-se, assim como já sugeria Marx, que as

emoções detêm um poder de transformação, uma capacidade de pôr em movimento, de alterar o curso da história. Nesse sentido, os afetos não são apenas objetos de estratégias sensíveis, retóricas compassivas ou espetacularizações da política. As paixões políticas mobilizam os indivíduos em direção aos seus desejos, opõem a potência dos corpos aos poderes instituídos, provocam os sujeitos a ocuparem o que Hannah Arendt (2007) chamou de “espaços de aparição”, nos quais eles próprios se constituem agentes políticos ao verbalizarem demandas, ao reclamarem direitos, ao se reapropriarem de si mesmos e configurarem a própria cena de sua aparição.

Mas o que significariam “as emoções de *todos em qualquer um*”, como insinua Didi-Huberman (2016, p. 38, grifos do autor) na citação acima? Há outra sequência desse mesmo filme ilustrativa de um dos argumentos mais importantes dessa abordagem estética das paixões políticas. Diante do corpo sem vida do marinheiro, a multidão se encaminha, indignada, para o cais. E a emoção de uns transforma-se em toda uma atmosfera de solidariedade na revolta. Essa dinâmica coletiva das emoções talvez seja um dos pontos de maior indeterminação das investigações sobre os afetos políticos. Por outro lado, é uma de suas maiores potencialidades, pois aponta diretamente para a comunicabilidade política das emoções, para sua capacidade de forjar vínculos e impulsionar os sujeitos para a ação, apesar da dor e do sofrimento.

6. Considerações finais

A proposta desse texto era advogar pela relevância dos afetos como variável relevante das investigações sobre os processos comunicacionais e políticos. Esse argumento passou, em primeiro lugar, pela demonstração do lugar coadjuvante dos afetos na agenda mais recente das ciências políticas e comunicacionais, o que contraria as alusões históricas, no pensamento social, às relações entre as emoções e os sistemas políticos. Em seguida, propomos um conjunto de premissas que acreditamos serem importantes aos esforços de reconsideração teórica e analítica dos afetos políticos: em primeiro lugar, defendemos que a política se constitui como âmbito essencialmente passional, e que os afetos políticos são plenamente

compatíveis com os aspectos mais comumente reconhecidos como essência normativa da política; em segundo lugar, ressaltamos a historicidade das emoções, enquanto práticas social e culturalmente situadas; em terceiro lugar, argumentamos que não há afetos estritamente políticos, mas sim modulações políticas das emoções e afetos.

Ao explorarmos algumas das iniciativas que jogam luz sobre as dimensões afetivas de processos sociais e políticos, buscamos assinalar criticamente a recorrência com que os afetos são considerados apenas “objetos” de estratégias políticas, meios para fins específicos, em geral vinculados à manutenção das relações de poder e dos sistemas de governo. Por fim, ao propormos um desvio disciplinar por outras perspectivas teóricas, defendemos uma espécie de positividade das paixões políticas, assentada no reconhecimento de sua potência para mobilizar os indivíduos, instituir vínculos, instaurar espaços de aparição, impulsionar agenciamentos, mover as próprias bases da política. Ao final, esperamos ter apresentado uma provocação quanto à comunicabilidade política das emoções como lugar de investigações ainda pouco explorado, e como âmbito no qual tanto as paixões aparecem moduladas pelas práticas e processos políticos, quanto a política é desvelada em seu caráter e em suas dimensões intrinsecamente afetivas e sensíveis.

Referências

AHMED, Sarah. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, v. 17, n. 33, julho/dezembro 2000, p. 145-164.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CLOUGHT, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean. **The affective turn: theorizing the social**. Londres: Duke University Press, 2007.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Introdução geral. In: _____. **História das emoções**: 1. Da Antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 9-18.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Levantes**. São Paulo: Sesc-SP, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Povos em lágrimas, povos em armas**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

FASSIN, Éric. **Populismo e ressentimento em tempos neoliberais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**. Formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2008.

ILLOUZ, Eva (Org.). **Emotions as commodities**: Capitalism, consumption and authenticity. Londres: Routledge, 2018.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ILLOUZ, Eva; ALALUF, Yaara Benger. O capitalismo emocional. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História das emoções**: 3. Do final do século XIX até hoje. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 74-100.

LORDON, Frédéric. **Les affects de la politique**. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASSUMI, Brian. **The politics of affect**. Cambridge: Polity Press, 2015.

MORRELL, Michael. **Empathy and democracy**: Feeling, thinking, and deliberation. University Park: Penn State University Press, 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.